

A PROcriação COMO TRABALHO PRODUTIVO FEMININO

ADENAIDE AMORIM LIAMA

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Bolsista de Doutorado CAPES

LISIANE DA SILVA ZUCHETTO

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Resumo

Este artigo, de cunho bibliográfico, tem como objetivo problematizar a procriação humana como um trabalho ao abordar a sua relação com a sobrevivência da espécie, com a complexificação social, o surgimento do Estado e a acumulação de capital. Compreendemos que, embora a procriação seja essencial para manter a espécie humana, essa atividade é frequentemente desvalorizada, ignorada e marginalizada como tema relevante da nossa sociedade. Nossa análise está fundamentada na filósofa Hannah Arendt que destaca o papel do trabalho na manutenção da vida e na reprodução da força de trabalho. Ao longo do texto, são discutidos aspectos históricos, sociais e econômicos da procriação, desde as sociedades originárias até a contemporaneidade. Como resultado, destacamos a mudança na percepção da procriação ao longo do tempo, com a transição de sociedades igualitárias para sociedades de classes, onde a procriação passou a ser instrumentalizada para o acúmulo de capital. Abordamos a subordinação das mulheres no contexto da procriação, com destaque para o controle de seus corpos. Como conclusão, ressaltamos a importância de reconhecer e valorizar o trabalho de procriação, bem como de combater as desigualdades de gênero e as formas de opressão que afetam as mulheres nesse contexto.

5033

Palavras-chave: Procriação. Trabalho. Feminino.

Abstract

This bibliographic article aims to problematize human procreation as labor by addressing its relationship with species survival, social complexification, the emergence of the State, and capital accumulation. We understand that, although procreation is essential for maintaining the human species, this activity is often undervalued, ignored, and marginalized as a relevant theme in our society. Our analysis is based on the philosopher Hannah Arendt, who highlights the role of labor in sustaining life and reproducing the workforce. Throughout the text, historical, social, and economic aspects of procreation are discussed, from original societies to the contemporary era. As a result, we highlight the change in the perception of procreation over time, with the transition from egalitarian societies to class societies, where procreation became instrumentalized for capital accumulation. We address the subordination of women in the context of procreation, with a focus on the control of

their bodies. In conclusion, we emphasize the importance of recognizing and valuing the labor of procreation, as well as combating gender inequalities and forms of oppression that affect women in this context.

Keywords: Procreation. Labor. Feminine.

Introdução

Este texto trata-se de um trabalho bibliográfico que tem como objetivo problematizar a procriação humana como um trabalho ao abordar a sua relação com a sobrevivência da espécie, com a complexificação social, o surgimento do Estado e a acumulação de capital. Conforme veremos ao longo deste texto, a procriação humana, semelhante às outras espécies de animais, sempre esteve relacionada à sobrevivência da espécie, porém, diferentemente das outras espécies de animais, a finalidade do trabalho procriativo nos humanos adquiriu novos contornos e propósitos a partir da complexidade da organização social, do surgimento do Estado e da acumulação de capital.

Existe uma rica literatura que vem discutindo, já há bastante tempo, a questão do cuidado materno, da maternagem como trabalho, e que esse cuidado não necessariamente deve ser despendido por quem gesta a vida. Certamente que a procriação humana exigirá em algum momento esse tipo de cuidado, mas este não é o nosso foco. Não entraremos na questão da maternidade (relação mãe-criança) ou maternagem (cuidados com a criança) (Moura; Araújo, 2004), uma vez que quem gesta e dar à luz nem sempre o faz pelo propósito materno, como as mulheres que alugam seu útero, por exemplo, e mesmo se o fizer, o nascimento de um novo ser humano tem implicações sociais que extrapolam essa relação mãe-criança, independentemente se a procriação é fruto ou não de uma escolha.

Restringimo-nos a discussão ao ato de procriar (gestar e dar à luz), trabalho este, ainda exclusivamente despenhada no e pelo corpo biologicamente feminino, equipado com um útero, único meio atualmente legalmente capaz de gerar a vida de outro ser humano. Este processo exige do corpo que gesta muito desgaste físico e mental por não poder compartilhar esse trabalho com outro corpo em nenhum momento do processo. Além do potencial risco de vida para quem gesta e dos grandes investimentos de tempo, há também muito investimento financeiro. Quanto

menor for o poder aquisitivo da gestadora e menor apoio ela tiver, maior será o desgaste do seu corpo para gestar e se manter.

Para fundamentar a nossa reflexão recorreremos ao conceito trabalho, elaborado pela filósofa Hannah Arendt em sua obra *A condição humana*; utilizamos a rica obra de Eleanor Leacock, *Mitos da dominação masculina: uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva transcultural* e o livro de Sergio Lessa, *Abaixo a família monogâmica!* e, por fim, com Silvia Federici, *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva*. Como resultado deste estudo, abordaremos como o sistema capitalista se apropriou da procriação feminina para o acúmulo e fortalecimento do capital dominando os corpos das mulheres e taxando seu trabalho como improdutivo.

O trabalho de procriar para manutenção da espécie humana

Em seu livro, *A condição humana*, Hannah Arendt reelabora o conceito aristotélico *vita activa* e elenca três atividades que, segundo ela, são fundamentais para que os seres humanos vivam no planeta Terra: o trabalho, a obra e a ação. Conforme enunciamos anteriormente, neste ensaio fundamentar-nos-emos no conceito arendtiano trabalho para refletir sobre a questão da procriação. Em Arendt (2017), o trabalho corresponde àquela atividade que tem como finalidade a manutenção e reprodução da vida. Ligada às necessidades biológicas, a atividade do trabalho nos vincula aos outros animais, obrigando-nos a manter laços permanentes com a natureza.

Por ser produzida e consumida de forma quase que imediatamente, os frutos do trabalho não ocupam de modo efetivo um lugar no mundo. Mesmo estando em meio a um mundo de coisas duráveis, os resultados do trabalho aparecem e desaparecem como se nunca houvessem existido. Por isso, apesar de sua tangibilidade, a atividade do trabalho ocupa um lugar efêmero.

Embora feitas pelo [ser humano] [...], vêm e vão, são produzidas e consumidas de acordo com o sempre-recorrente movimento cíclico da natureza. Cíclico, também, é o movimento do organismo vivo, incluindo o corpo humano, enquanto ele pode suportar o processo que permeia sua existência e o torna vivo (Arendt, 2017, p. 118).

Neste sentido, a vida biológica humana é compreendida como algo que aparece e desaparece, desgasta-se e se integra ao círculo amplo da natureza, depois de tornar-se matéria morta, como acontece com qualquer outro organismo vivo na Terra. O ser humano, no trabalho, não inaugura nem um começo e nem um fim, não nasce e nem morre, apenas surge como uma ocorrência natural crescendo e declinando em um processo infinitamente repetitivo.

Como uma das necessidades fundamentais do trabalho, a procriação tem a função primordial de manter e imortalizar a espécie humana. “Tudo que o trabalho produz destina-se a alimentar quase imediatamente o processo da vida humana, e esse consumo, regenerando o processo vital, produz - ou antes, reproduz – a nova ‘força de trabalho’” (Arendt, 2017, p. 122).

Discordamos de Arendt quando ela diz que a manutenção da vida individual é uma tarefa do homem, a mulher também mantém a vida individual, mas concordamos com ela, quanto à manutenção da espécie ser uma tarefa da mulher, devido ao alto investimento que o corpo feminino faz nesse processo ao gestar e dar à luz logo, cabe a este corpo a responsabilidade da sobrevivência da espécie.

O fato de que a manutenção individual devesse ser a tarefa do homem e a sobrevivência da espécie a tarefa da mulher era tido como óbvio em ambas as funções naturais, o trabalho do homem para fornecer o sustento e o trabalho da mulher no parto, eram sujeitas à mesma premência da vida. (Arendt, 2017, p. 37).

Desse modo, o combustível da atividade do trabalho é o próprio corpo do indivíduo. O que ocorrer neste corpo não pode ser compartilhado com nenhum outro corpo, nem a sua felicidade, nem sua dor ou necessidade. Cada indivíduo alcança, no interior do seu próprio corpo, sensações independentes do mundo. O máximo que a atividade do trabalho de um indivíduo pode alcançar, com sua força e fertilidade, é a promoção do sustento de outros indivíduos. Conforme Arendt (2017), a miséria e a riqueza desequilibram esse ciclo de felicidade elementar: A miséria, ao propiciar mais exaustão e dor dolorosa; e a riqueza ao impor o tédio àquele que delegando tais atividades a outros corpos.

No entanto, no corpo que gesta o trabalho permanece o mesmo, na pobreza e na riqueza, o que muda são as condições objetivas, no caso da mulher pobre, ela precisará desempenhar muitos trabalhos ao mesmo tempo.

A procriação como dispositivo de manutenção social

Hannah Arendt (2017), ao fazer uma análise histórica das atividades públicas e privadas no ocidente, destaca que a agregação humana que tinha por princípio a necessidade e a manutenção da vida era denominada de organização “social”, e que na antiguidade estava relegada ao domínio privado. Na Grécia clássica o trabalho era uma atividade exercida por escravos, bárbaros e artesãos, ou seja, homens e mulheres que não faziam parte da pólis, isto é, os animais socialis.

Para Hannah Arendt, “a companhia natural, meramente social, da espécie humana era vista como uma limitação imposta a nós pelas necessidades da vida biológica, que são as mesmas para o animal humano e para outras formas de vida animal” (Arendt, 2017, p. 27). Desse modo, a procriação tem como objetivo garantir a manutenção da sociedade, independentemente de quão simples ou complexa ela seja.

Para Lessa (2012), a vida humana, desde os primórdios, ou era comunitária ou não seria possível, pois não havia outro modo de sobreviver, “[...] independente de qual sociedade primitiva estejamos falando: nas tribos africanas, na Austrália, na Ásia ou nas Américas, em todas as sociedades primitivas a colaboração e a união dos esforços eram a chave para a sobrevivência” (p. 10). A colaboração deveria permear todos os aspectos da vida desses grupos sociais, uma vez que o desequilíbrio no grupo poderia levar a sua extinção.

A procriação desempenhava uma função primordial nesse processo, bem como as decisões em torno dela, as mulheres com capacidade de procriação tinha mais importância para o grupo em relação às outras mais velhas, ou aos homens. Sérgio Lessa (2012), ao tratar da importância do papel da mulher nas sociedades originárias ressalta que:

Nas sociedades que viviam da coleta, a taxa de fertilidade (a quantidade de bebês em relação ao total de pessoas) dependia diretamente da quantidade de mulheres capazes de procriar. E como apenas era possível criar um determinado número bastante pequeno de bebês por ano, era preciso regular da melhor forma possível a quantidade de mulheres adultas, de homens adultos e, portanto, de crianças e bebês de cada um dos sexos. Se fosse necessário aumentar a proporção de homens, os bebês femininos eram abandonados, e vice-versa. E, também, como a morte de um homem adulto não alterava a quantidade de bebês que o bando poderia ter, a vida

das mulheres era mais protegida e na divisão das tarefas não cabia a elas, na maior parte dos casos, as mais perigosas (p. 11).

Eleonor Leacock (2019), ao desmistificar muitas narrativas sobre a origem do patriarcado ocidental moderno, recorre aos registros feitos por jesuítas e estudos antropológicos sobre os povos originários, antes de serem colonizados, e ressalta que entre os povos caçadores-coletores a família nuclear de forma alguma constituía a unidade básica da sociedade, justamente porque decisões como a procriação, cuidados com doentes e idosos, por exemplo, deveria ser tomada em grupo pelas razões óbvias de sobrevivência:

A prática eventual de deixar os velhos para trás para morrer, quando um grupo de caça se confronta com a fome, é o lado trágico da mesma responsabilidade social, num cenário em que a vida é tão estreitamente dependente dos caprichos da natureza. Ser deixado para trás pelo bando em sua desesperada busca por comida é, de um modo geral, uma escolha dos próprios velhos como um recurso necessário à sobrevivência do grupo (p. 165).

Do mesmo modo que para garantir o equilíbrio social, “[...] as crianças deveriam ser espaçadas para seu próprio bem-estar assim como para o bem-estar de suas mães e do grupo como um todo, e o infanticídio deve ser entendido como o último recurso quando vários métodos de controle de natalidade ou aborto fracassavam.” (Leacock, 2019, p. 271). Da mesma forma, o cuidado e a responsabilidade pela vida das crianças não poderia ser somente tarefa dos pais biológicos, mas do coletivo como um todo, assim:

“[...] a morte de um adulto seria ainda pior para a comunidade se o esforço já dedicado à criação de algumas crianças fosse também perdido [...]. Tal como a vida de cada indivíduo estava intimamente associada à sobrevivência de todos, a vida de cada criança era protegida por todos” (Dessa, 2012, p. 11).

Por essa razão, em muitas sociedades originárias a paternidade era social e não biológica. Mas, essa dinâmica é alterada com o advento da monogamia e, conseqüentemente, com a família nuclear que acontece na transição de sociedades igualitárias para sociedades de classes, quando a sobrevivência passa a ser de modo individual e não mais coletivo. Quando a organização social se complexifica e

as decisões sobre sobrevivência dos indivíduos não passa mais pelo grande grupo, ninguém quer mais investir na criação dos filhos de outras pessoas.

Por essa razão:

“[...] quando a exploração do homem pelo homem se instaura e a concorrência passa a predominar na vida social, não mais é possível que a criação e educação das crianças, que a preparação dos alimentos e da moradia, etc. permaneçam como atividades coletivas. Terão que ser, agora, atividades privadas” (Lessa, 2012, p. 18).

Lessa (2012) conta-nos um pouco como foi à passagem das sociedades igualitárias para sociedades organizadas em classe, originando o patriarcado, a família nuclear, a monogamia para as mulheres, conseqüentemente, a sua subjugação e a do seu corpo:

O primeiro traço comum a todos esses processos é o fato de que a destruição das sociedades primitivas e a imposição da exploração do homem pelo homem apenas pôde ocorrer pela aplicação da violência. É nesse momento histórico que a guerra surge como um complexo social que fará parte da humanidade até os nossos dias. Como será da guerra que virão os escravos e já que a guerra é uma atividade predominantemente masculina, a riqueza que será expropriada dos trabalhadores será, então, convertida em propriedade privada dos indivíduos masculinos da classe dominante. Caberá, então, aos homens da classe dominante as atividades fundamentais para a reprodução da sociedade, acima de tudo a exploração do trabalhador. A economia, o Direito, a política, a religião, a guerra, o comércio, as artes, a filosofia, a ciência, a exploração e conquista de novos territórios, etc., surgem já como atividades masculinas (p. 18-19).

5039

Desse modo, o ambiente privilegiado das decisões sobre a procriação passa a ser o lar, a vida familiar e o controle sobre o corpo feminino como modo de garantir a paternidade biológica. Na Grécia clássica, fortemente patriarcal, a vida privada e vida política eram bastante demarcadas. Na vida doméstica, o chefe da casa tinha o direito sobre a vida e a morte dos seus membros. Era natural ao chefe da casa recorrer ao uso da violência para manter a organização doméstica e, assim, garantir e preservar a manutenção da vida. Não sabemos realmente como era determinada a questão da procriação na privacidade do lar, mas, conforme Arendt (2017) nos lembra: “Mulheres e escravos pertenciam à mesma categoria e eram escondidos não somente porque eram propriedade de outrem, mas porque sua vida era ‘trabalhosa’ [*laborious*], dedicada a funções corporais. (p. 90). Certamente, cabia ao

homem, chefe da família, a decisão quanto ao uso do corpo feminino para fins de procriação.

O fato é que, na Grécia clássica, a cidade-Estado e a vida na pólis deveu sua origem e manutenção à vida privada, segundo Arendt (2017), essa era a única razão para existir da vida doméstica: conservar e proteger a vida da pólis. No interior da vida privada, mulheres e escravos sustentavam com o trabalho dos seus corpos, procriando, produzindo riquezas, para manter a liberdade e a política da cidade. Trabalho este, considerado indigno pelos homens que viviam a política.

A distinção e a fronteira, quase rígida, que separava a esfera pública e privada e o modo como ocorriam às relações nesses dois âmbitos começaram a ruir na Idade Média. Essa fronteira tornou-se cada vez mais maleável, desde então: “Esse abismo entre privado e o público ainda existia de certa forma na Idade Média, embora houvesse perdido muito da sua importância e mudado inteiramente de localização” (Arendt, 2017, p. 41). Isso se for possível equiparar o feudalismo com o domínio privado e o religioso com a esfera pública.

Na modernidade estas fronteiras são eliminadas, a cidade-Estado dá lugar ao Estado-nação e a esfera social encontra uma nova forma política. A nação passou a ser concebida como uma grande família e o governo das cidades cedeu espaço para o administrador que passou a gerir os assuntos políticos da mesma forma que organizava a vida doméstica na antiguidade. O trabalho saiu do domínio privado para a vida pública, até a modernidade “[...] aqueles que trabalhavam não eram cidadãos” (Arendt, 2016, p. 45), na modernidade isso é invertido, cidadão é àquele que trabalha. Porém, conforme veremos com Silvia Federici (2017), o trabalho realizado pelo corpo feminino, como a procriação, foi erroneamente entendido como um trabalho que não gera riquezas, e por essa razão foi suprimido da esfera econômica.

A procriação como mecanismo de sustentação e acúmulo do capital

Silvia Federici (2017) partindo de uma perspectiva histórica evidencia a discriminação e a desigualdade sobre o trabalho produzido pelo corpo feminino no mundo capitalista. A autora defende que essa discriminação não é uma herança do mundo pré-moderno, mas está intrínseco ao desenvolvimento capitalista instituído a

partir das diferenças sexuais existentes reconstruídas na tentativa de cumprir novas funções sociais, a partir do surgimento da propriedade privada. Ao analisar o papel da reprodução da vida e da força de trabalho, Federici repensa o processo pelo qual o capitalismo foi formado e sustentado por meio do trabalho doméstico e procriativo não remunerado das mulheres, trabalhos considerados improdutivos, mas constituem pilares da produção capitalista e uma das causas da subordinação das mulheres aos homens no capitalismo.

Ao exumar por meio da história o processo de “[...] mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores” (Federici, 2017 p. 26), Sílvia revela que isso começou no período de crise demográfica e econômica ocorrido entre as décadas de 1620 e 1630. Neste contexto, problemas relacionados entre trabalho, população e acumulação de riquezas é posto em debate em primeiro plano nas estratégias políticas. O objetivo é produzir mecanismos para um regime de controle populacional, por parte do Estado, com métodos próprios de regulação da procriação humana, retirando das mulheres o controle sobre sua reprodução.

Conforme Federici: “Essa política [...] teve um aspecto “intensivo”, que consistia [...] no esforço para aumentar o tamanho da população e, desse modo, a envergadura do exército e da força de trabalho” (Federici, 2017, p. 173). Os seres humanos passam a ser vistos como recursos naturais que trabalhavam e criavam para o Estado. A principal ação do Estado para restabelecer a proporção populacional foi iniciar um confronto com as mulheres para desfazer o controle que elas exerciam sobre seus corpos e sua reprodução. Esse mecanismo consistia em criminalizar e demonizar qualquer forma de controle de natalidade e de sua sexualidade não procriativa. Ao mesmo tempo em que dava início aos tenebrosos mecanismos de à caça as bruxas.

No século XVII surgiram as mais severas criminalizações contra a contracepção, o aborto e o infanticídio. Foram adotadas novas formas de vigilância no intuito de garantir que as mulheres não interrompessem sua gravidez. Na França, as mulheres foram obrigadas a registrar todas as suas gestações, e quando os seus bebês morriam antes do batismo, eram sentenciadas à morte, independente se declaradas culpadas ou inocentes. Conseqüentemente, as mulheres passaram a ser processadas e executadas por infanticídio em grande escala. Elas estavam sob

constante vigilância e suas vidas valiam menos que a vida dos fetos em seus úteros. Seus úteros passam a ser território político, controlados pelos homens e pelo Estado e “[...] a procriação foi colocada diretamente a serviço da acumulação capitalista” (Federici, 2017, p. 178).

Federici alerta que nesse período, na Europa Ocidental, a acumulação primitiva representava o destino das negras nas plantations coloniais americanas, que notadamente, após o fim do tráfico de escravos foram forçadas a serem criadoras de novos trabalhadores. A comparação apresenta algumas ressalvas, já que as mulheres europeias não eram declaradamente expostas às agressões sexuais, ainda que mulheres proletárias fossem estupradas com impunidade e castigadas por isso.

Os ganhos econômicos decorrentes dos nascimentos que eram obrigadas a gerar, eram ainda mais escondidos. Nesse sentido, a condição de mulher escrava demonstra de forma explícita a verdade e a lógica da acumulação capitalista. Contudo, apesar de existirem diferenças, refere Federici que: “[...] em ambos os casos o corpo feminino foi transformado em instrumento para a reprodução do trabalho e para a expansão da força de trabalho, tratado como uma máquina natural de criação, funcionando de acordo com ritmos que estavam fora do controle das mulheres” (Federici, 2017, p. 178).

Federici menciona que o aspecto da acumulação primitiva não esteve presente na análise sobre o trabalho de Karl Marx, ele nunca reconheceu, em seus escritos, a possibilidade da procriação tornar-se um meio de exploração e, da mesma maneira, um terreno de resistência. Marx deveria ter formulado o questionamento: “Por que a procriação deveria ser um ‘fato da natureza’ e não uma atividade historicamente determinada, carregada de interesses e relações de poder diversas?” Tampouco imaginou que os homens e mulheres poderiam ter interesses distintos no que diz respeito a fazer filhos” (Federici, 2017, p. 179-180).

Nesse sentido, para Federici as modificações que ocorreram na procriação não são automáticas ou naturais, o que é provado pelo fato do Estado buscar amparo na regulação e na coerção para expandir ou reduzir a força de trabalho, em todas as fases do desenvolvimento capitalista. Contudo, “[...] mesmo depois — e até o presente —, o Estado não poupou esforços na sua tentativa de arrancar das mãos

femininas o controle da reprodução e da determinação sobre onde, quando ou em que quantidade as crianças deveriam nascer” (Federici, 2017, p. 180).

A autora aponta que a criminalização do controle das mulheres sobre a procriação, impedindo-as de fazer uso dos métodos contraceptivos, por exemplo, e dessa forma negando-as o controle de seus corpos é um fenômeno onde o Estado as retira da sua integridade física e psicológica, conduzindo a uma degradação da maternidade à condição de trabalho forçado, e ainda, prendendo as mulheres à atividade reprodutiva. No cenário da nova divisão sexual do trabalho, o ato de forçar as mulheres a procriar sem o seu consentimento é considerado por Federici como uma definição parcial das funções das mulheres, nesse contexto.

Todas essas políticas promoveu o movimento de caça às bruxas, onde milhares de mulheres foram massacradas, torturadas, julgadas, queimadas vivas ou enforcadas, acusadas de venderem seu corpo ao demônio e, por meio da magia, praticar o crime de assassinato contra crianças, dentre outras inúmeras acusações, tudo isso por que em algum momento essas mulheres desafiaram a estrutura do poder não só do Estado como também da Igreja Católica.

Considerando o contexto histórico, o gênero e a classe das acusadas na caça às bruxas infere-se que esse fenômeno, que ocorreu com maior robustez na Europa, tratava-se de um ataque em resposta à resistência por parte das mulheres, quando elas agiram contra a difusão das relações capitalistas e contra o poder adquirido em razão da sua sexualidade, do seu controle sobre a reprodução e, ainda, do seu conhecimento da medicina curativa.

A caça às bruxas foi também instrumento da construção de uma nova ordem patriarcal em que os corpos das mulheres, seu trabalho e seus poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob o controle do Estado e transformados em recursos econômicos. O que quer dizer que os caçadores de bruxas estavam menos interessados no castigo de qualquer transgressão específica do que na eliminação de formas generalizadas de comportamento feminino — que já não toleravam e que tinham que se tornar abomináveis aos olhos da população (Federici, 2017, p. 305-306).

Como visto anteriormente, o trabalho passa a ser considerado algo de extrema relevância no período em que a população na Europa entra em declínio, e conseqüentemente conduz a um colapso demográfico. Diante desse cenário faz sentido acreditar, em parte, que a caça às bruxas tenha surgido na tentativa de criminalizar o controle da natalidade e com isso, colocar o corpo feminino,

especificamente o útero, a serviço do aumento da população e da acumulação da força de trabalho. Essa é apenas uma hipótese, já que o que realmente pode ser afirmado com certeza “[...] é que a caça às bruxas foi promovida por uma classe política que estava preocupada com a diminuição da população, e motivada pela convicção de que uma população numerosa constitui a riqueza de uma nação” (Federici, 2017, p. 326-327).

A autora refere que “[...] a caça às bruxas expropriou os corpos das mulheres” liberando-os de quaisquer tipos de obstáculos que pudesse impedi-los de funcionar como “máquinas para produzir mão de obra” (Federici, 2017, p. 330). A caça às bruxas provocou efeitos na posição social das mulheres, pois destruiu seus métodos de controle de procriação e institucionalizou o controle do Estado sobre o corpo feminino, ou seja, pré-requisito principal para que fossem subordinadas à reprodução da força de trabalho. Além de condenar a sexualidade feminina como a principal causadora de todo mal.

Após séculos de perseguição e crimes contra uma figura considerada satânica, representada pelo feminino, a dominação passa a ganhar uma espécie de sofisticação. A caça às bruxas chega ao fim, no final do século XVII pelo fato de a classe dominante do período, vivenciar uma sensação de segurança em relação ao seu poder. O derramamento de sangue de mulheres passa a ser entendido como desnecessário e improdutivo, já que seus úteros poderiam prover filhos para o trabalho assalariado. Nesse sentido, o feminino foi desvinculado das caracterizações de criatura selvagem, pagão ou traiçoeira e passa a adquirir novos padrões de percepções sobre seus traços, agora, ditos como propriamente femininos.

Conclusão

O presente texto teve como objetivo instigar a discussão sobre um trabalho fundamental, mas ainda pouco explorado, que é o trabalho de quem gesta e dá a luz, ou seja, quem reproduz a vida e proporciona o bem-estar humano. A marginalização do trabalho procriativo pode ser analisada na divisão entre trabalho produtivo e improdutivo. Essa percepção decorre do conceito de divisão sexual do trabalho, contribuindo para uma associação entre a atividade masculina e a produção mercantil e a atividade de reprodução como feminina que, como vimos,

encontra-se velada pela sociedade e desvalorizada. Essa atividade, assim como outras desempenhadas por mulheres, é julgada como não-trabalho, mas sustenta e constitui a base de toda a sociedade humana.

Na sociedade capitalista o corpo é, para as mulheres, o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados. Hoje em dia, o corpo feminino que gesta e dá a luz, continua sendo uma espécie de prisão quando está às voltas com o trabalho da procriação: o corpo, o tempo, a energia, a atenção e o enfrentamento dos limites em decorrência da reprodução da vida, não recebe nenhum provento. A falta de reconhecimento do trabalho reprodutivo precisa ser colocada na agenda política da sociedade. Dar visibilidade a essas questões é fundamental como primeira iniciativa que, posteriormente, deve ser reconhecida no sistema capitalista a partir de medidas que proporcione a libertação e a autonomia desse corpo que gesta e pari vidas humanas e produz a força de trabalho necessário. Até quando, gestar e dar à luz vai continuar sendo trabalhos socialmente ignorados?

REFERÊNCIAS

5045

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 13 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpos e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

LEACOCK, Eleanor Burke. **Mitos da dominação masculina**: uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva transcultural. São Paulo: Instituto Lukács, 2019.

LESSA, Sergio. **Abaixo a família monogâmica!** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de; ARAÚJO, Maria de Fátima. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. **Psicologia Ciência e Profissão**, n. 24 (1), 2004, p. 44-55.

Autor 1:



Adenaide Amorim Lima

Doutoranda em Filosofia na Universidade de Santa Maria (PPGF/UFSM); Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGED/UESB); Licenciada em Pedagogia e Filosofia.

E-mail: adenaideamorim@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6453520714677478>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0597-6275>

Autor 2:



Lisiane da Silva Zuchetto

Doutoranda em filosofia na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Mestra em Direito pela Universidade de Passo Fundo – UPF. Pesquisa sobre igualdade relacional e estereótipos.

Email: lisizuchetto@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3676741636392029>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6247-4098>